



Osiris (C) é um dos que defende auditoria para arrecadar mais

Indexador único ainda é dúvida

A equipe do ministro Fernando Henrique Cardoso ainda não decidiu o formato do indexador único. Um índice atrelado à variação cambial é a possibilidade mais discutida no Ministério da Fazenda mas não existe, ainda, uma decisão final, informou um dos assessores de Cardoso. O mesmo técnico disse, também, que a palavra final sobre o assunto é do presidente Itamar Franco. É certo, porém, que qualquer que seja o formato escolhido, a adoção do novo indexador não resultará em quebras de contratos, uma verdadeira obsessão do Presidente, que teme uma avalanche de medidas judiciais contra o plano de estabilização.

Na hipótese cambial, o Governo monitoraria a variação do dólar através dos leilões de compra e venda de moeda realizados pelo Banco Central. O alto nível das reservas internacionais permitiria uma atuação do BC no mercado de divisa no sentido de manter o câmbio sempre dois ou três pontos percentuais abaixo da variação do custo de vida. A idéia do ministro Fernando Henrique é "induzir" os agentes econômicos a aceitarem o novo indexador. Os contratos que fossem vencendo seriam renovados com base no novo índice, da mesma forma que as aplicações financeiras.

1º passo — O Governo daria o primeiro passo, corrigindo os preços públicos através do novo índice. Os títulos da dívida pública teriam que entrar, também, no mesmo esquema já que é intenção corrigir as receitas com o futuro indexador. O ministro Fernando Henrique, conta, porém, com os cortes no Orçamento de 1994 para zerar o

déficit previsto de US\$ 27 bilhões e reduzir, portanto, as necessidades de financiamento do Estado junto ao mercado.

A equipe não definiu todas as alterações na área tributária. Além das mudanças sobre o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) que entram em vigor a partir de 6 de dezembro, ainda estão entre as medidas que visam a aumentar a arrecadação tributária a elevação da alíquota da contribuição sobre o lucro dos bancos. A proposta da Receita Federal prevê que a alíquota deva passar de 23% para 30%. Também não foi descartada a aplicação do imposto sobre ativos, cuja criação é desaconselhada até mesmo por técnicos da Receita Federal. "A arrecadação deste imposto será pequena e representará um transtorno muito grande para as empresas", argumenta um fiscal.

Em conversa com a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), o secretário da Receita Federal, Osiris de Azevedo Lopes Filho, sustentou que a arrecadação tributária poderá ser maior em 1994 sem a criação de novos impostos. O seu argumento é de que basta dar condições para os fiscais ampliarem seus serviços de auditoria nas empresas e pessoas físicas que será possível diminuir o grau de evasão fiscal no País, equivalente à metade do que a União arrecada hoje. Um dos pontos que possibilitaria um melhor aparelhamento da Receita, sugerido pelo FMI em um estudo sobre a arrecadação tributária brasileira, seria a criação de um sistema de informática próprio para a máquina fiscal.